



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Como fazer bem os trabalhos de fiscalização e as colocações, com vista a apoiar os trabalhadores da construção civil no acesso ao emprego**

Centenas de trabalhadores desempregados da construção civil foram pedir ajuda à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais. Segundo eles, muitos estão desempregados há já algum tempo, e alguns continuam a aguardar por uma entrevista, depois de se terem inscrito há muito tempo, portanto, o tempo de espera é bastante longo. Segundo alguns candidatos, foram contratados depois duma entrevista no estaleiro e de terem sido aprovados na formação sobre segurança no trabalho realizada pela empresa para efeito de ingresso, no entanto, não foram convocados para trabalhar. Pediram, várias vezes, esclarecimentos, mas não obtiveram qualquer resposta, portanto, continuam desempregados. Há uns que, depois do ingresso, verificaram que as condições, tais como os salários e o conteúdo funcional, eram diferentes das alegadas aquando do processo de recrutamento.

O acesso dos locais ao emprego é mais difícil desde o início da epidemia, no ano passado. Os trabalhadores têm de sustentar as famílias, têm de pagar prestações e rendas de casa, portanto, a pressão económica é enorme. Apesar da recente descida ligeira da taxa de desemprego, não se pode ignorar os problemas de desemprego e subemprego que os residentes estão a enfrentar. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), no quarto trimestre de 2020, estavam em situação de desemprego e subemprego cerca de 30 mil pessoas, das quais 1800



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

desempregados e 1500 em subemprego eram da área da construção civil, portanto, trata-se de uma área em que o desemprego é mais grave. Ao mesmo tempo, devido às sucessivas obras de construção, foram também contratados vários trabalhadores não residentes, um total de 26 984, o que é prova de que existem vagas e procura de recursos humanos no sector da construção civil. Contudo, os trabalhadores locais é que não têm trabalho, o que contraria o princípio legalmente estabelecido de dar prioridade aos locais no acesso ao emprego. Assim, é justificável o descontentamento dos trabalhadores locais da construção civil. Face à situação, os serviços competentes devem dispor de mecanismos de acompanhamento, com vista a assegurar os direitos e interesses dos locais no tocante ao acesso ao emprego.

O Governo está a realizar diversas e sucessivas obras públicas de grande envergadura, assim, deve instar e fazer com que os construtores contratem trabalhadores locais, por forma a concretizar o objectivo das suas políticas, isto é, promover o acesso ao emprego dos residentes.

Pelo exposto, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. Não são poucos os desempregados locais da área da construção civil, pois, recentemente, dirigiram-se à DSAL centenas de pessoas para efectuar o registo de pedido de emprego. Isto reflecte a grave situação do desemprego, portanto, as autoridades devem fazer bem as colocações. Vão esclarecer em que consiste o processo de colocações, para ajudar os candidatos registados a conseguirem trabalho quanto antes?

2. As autoridades devem fazer bem os trabalhos de fiscalização, as colocações,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e o acompanhamento dos incidentes, para evitar que, aquando do ingresso, o salário e o conteúdo funcional sejam diferentes das condições alegadas no processo de recrutamento, bem como as situações que prejudiquem os direitos e interesses dos locais, tais como as “contratações fictícias”. Como é que isto vai ser feito? Qual é o tratamento a dar às empresas que violem as regras?

3. Apesar da redução dos postos de trabalho no sector da construção civil nos últimos anos, há constantemente projectos que continuam a avançar, nos quais se incluem também obras públicas. Com cerca de 27 mil trabalhadores não residentes, teoricamente, não deveria haver trabalhadores locais da construção civil em situação de desemprego. Como é que as autoridades fiscalizam os construtores e os subcontratados, para assegurar que os mesmos concretizem o princípio legal de contratar, prioritariamente, trabalhadores locais?

1 de Março de 2021

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Lei Cheng I**